

## **ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO TURÍSTICA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO LITORAL DO PARANÁ (BRASIL), COM BASE NAS VISÕES DOS ATORES DO TURISMO LOCAL**

### **RESUMO**

O artigo analisa a implementação da regionalização turística do Litoral do Paraná (estado da região sul brasileira), no contexto do Programa de Regionalização Turística do Ministério do Turismo do Brasil, com base na pesquisa de opinião realizada com atores-chave. O objetivo consistiu em analisar, com base na percepção dos referidos tores sociais, o potencial turístico, bem como, o grau de inserção dos municípios no programa de Regionalização Turística e o engajamento deles em ações voltadas para a dinamização do turismo regional. Na proposição da política pública brasileira de desenvolvimento turístico, a escala de planejamento e gestão, bem como a interação de organizações mostram-se substancialmente complexas, já que existe pretensão de ultrapassar algumas das barreiras relativas aos limites político-administrativos. Perante essa concepção, a metodologia da investigação foi de natureza quali-quantitativa, considerada a mais adequada para o atingimento dos objetivos de pesquisa. No caso da abordagem quantitativa, trata-se de elaborar indicadores e tendências, enquanto a qualitativa atua no campo dos valores, crenças, representações, hábitos e opiniões. Para efeito dessa pesquisa considerou-se ambas as perspectivas em seu caráter de complementaridade. Entre os resultados alcançados, no que diz respeito ao potencial turístico, destaca-se que a principal atividade da região corresponde ao segmento lazer, sol e praia. O grau de inserção dos municípios no Programa de Regionalização é considerado baixo pelos entrevistados. Muitos dos inquiridos indicaram desconhecimento quanto à atuação do município no âmbito das políticas públicas do turismo, denotando problemas na divulgação das ações, bem como na mobilização dos atores estratégicos. Finalmente, não transparece que o engajamento dos atores locais seja muito efetivo. Um dos aspectos mais reveladores é o reduzido destaque atribuído à instância de governança local, justamente a entidade que deveria ser a articuladora do processo de regionalização turística. As organizações mais referenciadas, como operantes e importantes para o desenvolvimento do turismo, foram as do sistema de capacitação empresarial brasileiro. Conclui-se que há avanços em termos de articulação dos atores em prol do desenvolvimento regional do turismo, todavia, ainda há vários desafios a serem superados, a fim de que o objetivo pretendido pela política nacional de regionalização do turismo seja plenamente alcançado.

**Palavras-chave:** Turismo, Regionalização; Política Pública; Região Turística Litoral Paraná (Brasil).

## 1. Introdução

No âmbito do desenvolvimento do turismo e principalmente, do Programa de Regionalização do Turismo brasileiro, parte integrante da Política Nacional do Turismo (PNT), observa-se a ênfase na descentralização da gestão turística por meio das instâncias regionais, pautando-se nos fundamentos do desenvolvimento endógeno (BRASIL, 2013). Nessa linha, a literatura científica indica que o desenvolvimento regional do turismo está relacionado à disposição dos atores locais para estabelecer relações entre eles a fim de elaborar ações conjuntas e coordenadas para a melhora das condições do espaço e maior possibilidade de alcançar êxito nos objetivos de desenvolvimento propostos (RODRÍGUEZ; FERNÁNDEZ, 2009). Nesse sentido, entende-se que compreender e interpretar as relações e o valor a elas atribuídos pelos atores locais é essencial para a configuração da atividade turística do território.

A pesquisa acadêmica que sustenta a produção desse artigo foi desenvolvida em 2015 subsidiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e seu foco esteve na análise contextual do Programa de Regionalização Turística em uma das regiões assim enquadradas no estado do Paraná, qual seja a região Litoral do Paraná. O objetivo dessa reflexão é compreender, com base nas percepções dos atores sociais, a importância do potencial turístico, bem como, o grau de inserção dos municípios no programa de Regionalização Turística e o engajamento dos atores locais em ações que dinamizem o turismo regional.

O artigo foi organizado em 7 seções, além dessa introdução. O item 2 é dedicado a uma breve revisão de literatura sobre a questão do desenvolvimento regional e sua aplicabilidade ao turismo. O item 3 se ocupa da contextualização do leitor acerca da região turística do Litoral do Paraná. No item 4 são apresentados os procedimentos metodológicos que guiaram a pesquisa. No item 5 são analisados os resultados obtidos na pesquisa e no sexto são realizadas apreciações à guisa de apontamentos finais. O sétimo item é reservado a apresentação das referências que sustentaram a construção do artigo.

## 2. Revisão Bibliográfica

O estímulo ao desenvolvimento regional contém um desafio extraordinário contemporaneamente, que se expressa na necessidade de lidar com o processo de abertura da economia, impulsionadora do reposicionamento dos atores. Neste contexto, nem o sistema de preços, tampouco o sistema de controle estatal, conseguem exercer de forma eficaz a coordenação dos interesses e ações. Alternativamente, os mecanismos de coordenação em rede emergem como alternativa para esta realidade (BOISIER, 1999).

Igliori (2001) chama atenção para a proposição de Michael Porter, segundo o qual é possível relacionar as raízes da prosperidade de determinados lugares aos ambientes nacionais e regionais que facilitam e apoiam as atividades das empresas, gerando fluxos de informação, instituições, infraestrutura e formação de competências. Esta composição sustenta o que foi intitulado como vantagem competitiva.

As vantagens competitivas podem ser constituídas por meio das políticas de desenvolvimento, rompendo assim o imobilismo e a tendência à inércia que é condizente com o “desejo natural de estabilidade das firmas” (IGLIORI, 2001, p. 76). Para tanto, Boisier (1999) destaca o papel indispensável do Estado no sentido de

contribuir e estimular que os atores tomem decisões com base em informações. Assim é que, segundo esse autor, a política regional deve envolver três vetores, ordenamento territorial, descentralização política e ações de fomento ao crescimento e desenvolvimento.

Como apropriadamente destacam Rocha e Faria (2004), o processo de descentralização, que amplia os poderes dos atores locais, tanto na esfera pública, como privada, não pode ser abordado superficialmente, em função da complexidade das relações intergovernamentais características do federalismo brasileiro. Todavia, dada a especificidade do fenômeno turístico no espaço, considera-se essencial analisar a conformação desse processo, com vistas a subsidiar novas formas de intervenção e fomento ao desenvolvimento regional, bem como, à melhoria do ambiente de fomento ao empreendedorismo e inovação.

Na proposição da política pública de desenvolvimento turístico no Brasil, em especial no que se refere à tônica da regionalização (BRASIL, 2013), a escala de planejamento e gestão, bem como a interação de organizações mostra-se substancialmente complexa, posto que pretende ultrapassar algumas das barreiras relativas aos limites político-administrativos. Como bem destacam Dreher e Salini (2008, p.3), “os processos de desenvolvimento exigem a articulação e, principalmente, a integração para a conquista da participação da maioria das cidades que compõem o território”.

Conforme aponta Vieira (2011), o propósito central está no fomento da integração de municípios próximos, cujas características podem ser comuns ou complementares, para compor a oferta em escala regional. Consideram os planejadores públicos que o potencial de multiplicação econômica gerada pelo encadeamento e articulação dos atores é capaz de promover o espraiamento dos motores do desenvolvimento econômico.

Um dos requisitos fundamentais do desenvolvimento da atividade turística é que os atores estejam comprometidos com o planejamento, a implementação, o desenvolvimento, a gestão e o controle da sustentabilidade de forma estratégica, considerando a importância da descentralização e da concertação social em todo o processo turístico. Destaca-se o caráter estratégico e a necessidade de estruturas capazes de articular os atores em prol de um desenvolvimento responsável (GÂNDARA, 2003).

Entende-se que cada um dos atores possui interesses específicos ligados aos tipos de recursos existentes no destino turístico. Além dos recursos, há interesses específicos de cada ator, que são observados pelos tipos de recursos que desejam alcançar ou os benefícios que podem conseguir mediante o desenvolvimento da atividade turística no destino. Tais benefícios são medidos pela introdução de novos capitais (econômicos, sociais e culturais) no destino. (PIMENTEL, 2012, p. 14)

Sabe-se, no entanto, que existem evidências de obstáculos de ordem cultural marcadamente presentes nas sociedades brasileira e latino-americana, de maneira geral. Nelas faltam traços culturais que coadunem com a construção das relações de confiança, o que é relevante para a compreensão das dificuldades de assertividade das políticas de desenvolvimento que menosprezam os aspectos relativos à cultura. (BOISIER, 1999) Atentar para este aspecto torna-se não apenas necessário, mas essencial para ampliar a efetividade das políticas de desenvolvimento regional. Essa abordagem torna-se importante, em especial no campo do turismo, visto que o seu desenvolvimento demanda um processo de imbricação das empresas, tanto entre elas próprias como entre elas e o poder público.

*a. Sobre a Política de Regionalização e seus princípios*

O Programa de Regionalização do Turismo, lançado em 2004 pelo Ministério do Turismo (2003), integrou o Plano Nacional do Turismo (2003-2007) e as versões subsequentes, destacando-se por dar continuidade às estratégias de ordenamento territorial iniciadas no Programa de Municipalização do Turismo que admitiu a espacialidade intrínseca à atividade turística.

Em busca da efetivação do Programa de Regionalização, o Ministério do Turismo (MTUR) criou dois documentos com as principais diretrizes a serem aplicadas pelos agentes nos três níveis (municipal, estadual e regional): **Diretrizes Políticas** e **Diretrizes Operacionais**. O princípio básico do programa de regionalização está vinculado ao modelo descentralizado de gestão, com opção pela escala supra-municipal. Ainda em termos de princípios, a política se autodenominou baseada na flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional. (FEGER, 2010; BRASIL, 2004b)

O Programa de Regionalização do Turismo foi operacionalizado por meio de nove módulos, que deveriam ser seguidos conforme o nível de maturidade de cada região e não necessariamente de forma sequencial. São eles: Sensibilização; Mobilização; Institucionalização da Instância de Governança Regional; Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; Execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; Criação de um sistema de informações turísticas do programa; Roteirização turística; Promoção e apoio à comercialização; Sistema de monitoria e avaliação do programa (BRASIL, 2004a).

Apesar de todas as especificações do Programa de Regionalização do Turismo, Beni (2006, p. 31) ressalta a dificuldade dos estados e municípios de “entender, aplicar, operacionalizar e dar continuidade” às diretrizes nos seus limites políticos. O autor indica ainda que dois fatores se relacionam a essa questão, a ausência de recursos humanos qualificados para absorver, entender, interpretar, e, sobretudo, adaptar os conceitos e as metodologias à realidade local, além da fragilidade institucional, particularmente no que tange ao aparato de gestão turística.

No caso do estado do Paraná, em 2003 foi realizada a primeira Oficina de Planejamento, em Curitiba, por iniciativa do Ministério do Turismo e da Coordenação Estadual do Programa, com a presença de representantes de dezoito regiões administrativas que elaboraram diagnóstico e análise da potencialidade de cada uma delas. O resultado foi o estabelecimento de nove regiões turísticas: Litoral, Curitiba e Região Metropolitana, Campos Gerais, Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, Norte, Noroeste, Centro, Centro-Sul e Sudoeste. Conforme Resolução nº 007/04 do Conselho Consultivo de Turismo do Paraná, ficaram definidas como prioritárias as regiões Litoral, Campos Gerais/Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, além de Curitiba e Região Metropolitana. A Região Litoral ficou estabelecida desde o primeiro momento da implantação da política de regionalização como parte essencial de sua execução no estado (SET, 2010).

### 3. Contextualização da região turística Litoral do Paraná

A **Região Turística Litoral do Paraná** (Figura 1) está localizada a aproximadamente 100 km da Região Metropolitana de Curitiba, capital do Paraná, são 6.061,2 Km<sup>2</sup> de superfície, que representam 3% do território paranaense. É composta por 7 municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Apresenta grande diversidade cultural e natural, que “evidenciam seu potencial turístico e a caracterizam como polo indutor do desenvolvimento turístico estadual”, principalmente porque os atrativos turísticos geralmente mobilizam o deslocamento da população visitante para atividades de descanso e lazer (SET, 2010, p. 25; PIERRI et. al., 2006).



**Figura 1 – Localização do Polo Turístico Litoral Paranaense.**

Fonte: SET (2010, p. 25)

Dentre os 7 municípios da região, apenas um não é marítimo, o de Morretes, e, conformam a segunda menor extensão litorânea brasileira. Já Antonina e Paranaguá possuem tradição portuária, sendo que esse último possui um dos mais importantes portos de cargas do Brasil. Os municípios praieiros são Guaratuba, Matinhos e Pontal, todos eles com forte ênfase nas segundas residências turísticas. (PIERRI *et. al.*, 2006).

Em termos de atrativos turísticos, existe uma diversidade considerável na região. No que tange ao elemento natural, 82,48% da área territorial é caracterizada como Unidades de Conservação, preservando importante remanescente da Mata Atlântica brasileira. Em função dessa característica e da presença das Serras do Mar e da Prata,

grande parte dos atrativos são naturais, incluindo as praias e baías. Além disso, a ocupação do litoral sul preserva em grande medida sua história na região, o que se expressa em três municípios com centro histórico de expressivo valor patrimonial e turístico (Antonina, Morretes e Paranaguá). (ABRAHÃO e BAHL, 2011; PIERRI *et. al.*, 2006; SET, 2010).

O diagnóstico da Cadeia Produtiva do Turismo no Litoral (IPARDES, 2008) identificou a predominância das micro e pequenas empresas, o baixo grau de capacidade associativa e de confiança interorganizacional e interinstitucional, bem como a delegação ao Estado, em vários níveis, da responsabilidade pelas ações relacionadas ao desenvolvimento.

O levantamento preliminar da pesquisa, no qual foram definidos os atores-chave, possibilitou reafirmar tais características, em particular o baixo grau de organização associativa das empresas turísticas, a exceção de Morretes e Paranaguá nos quais foram identificadas Associações de Restaurantes e Hotéis. Os demais municípios, em que pese serem de pequeno porte, possuem exclusivamente a Associação Comercial como aglutinador do empresariado local.

#### 4. Procedimentos metodológicos da pesquisa de campo

A metodologia quali-quantitativa mostrou-se a mais adequada para a abordagem do objeto e o atingimento dos objetivos. O entendimento dos pesquisadores é que os objetivos combinavam elementos de ambos os aportes. No caso da pesquisa quantitativa trata-se de buscar a construção de indicadores e tendências, enquanto a qualitativa atua no campo dos valores, crenças, representações, hábitos e opiniões. Não são perspectivas opostas, tampouco conflitantes, e, podem muitas vezes ser requeridas em caráter complementar. (SERAPIONE, 2000)

Nesse caso, o recurso quantitativo foi utilizado como forma de viabilizar a abordagem de um volume expressivo de atores que são representativos no âmbito de um recorte regional do espaço turístico. O foco era identificar esses atores e ouvi-los, visando a construção de parâmetros de desenvolvimento do turismo baseados nas percepções dos respondentes. O recurso da pesquisa qualitativa foi utilizado para aprofundar o entendimento das perspectivas propostas pelos inquiridos na pesquisa quantitativa. Ao lado de cada questão foi inserido um espaço para que o entrevistado justificasse a sua resposta. Quanto à origem dos dados, a investigação se caracteriza como documental e de campo.

A identificação dos atores da pesquisa constituiu a primeira etapa da pesquisa e foi realizada por meio de dados secundários, especialmente o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e os sites das Prefeituras Municipais nos quais geralmente são divulgadas a oferta relativa a gastronomia, hospedagem e atrativos turísticos. Conforme Gil (1994, p. 51), a análise documental distingue-se da pesquisa bibliográfica devido à natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica baseia-se nas contribuições de autores e a pesquisa documental é apoiada por qualquer tipo de documento, ainda que não tenha recebido um tratamento analítico anterior. Fundamentalmente, os atores se dividem em três grupos: públicos, privados e terceiro setor, no qual se enquadram as organizações associativas.

Deve-se ressaltar a importância e o caráter estratégico da pesquisa de campo, na qual os pesquisadores se aproximam da realidade sobre a qual estabeleceram os problemas de pesquisa. É por meio dela que interagem com os atores sociais

investigados e podem construir o conhecimento empírico que é matéria-prima da pesquisa social. (GIL, 1994; MINAYO, 2015)

Nessa modalidade de pesquisa, a entrevista é o instrumento privilegiado e no contexto em pauta optou-se pela sondagem de opinião. Nesse sentido, foi elaborado um roteiro estruturado em quatro blocos de perguntas. As opções de respostas foram organizadas com base na Escala de Likert<sup>1</sup> (recurso característico da pesquisa quantitativa). O primeiro bloco visou compreender a compreensão dos atores entrevistados acerca das políticas públicas e da inserção dos municípios em que atuam. No segundo, o foco foi a identificação dos segmentos turísticos com potencial, bem como o grau de exploração. No terceiro bloco foram identificados os entraves ao desenvolvimento regional e no quarto os requisitos para o desenvolvimento turístico da região litoral. Preliminarmente foi realizado o pré-teste do roteiro de entrevista, a partir do que foi possível aprimorar o instrumento.

Optou-se por trabalhar exclusivamente com as entidades representativas no caso do setor privado, tendo em vista a limitação de recursos disponíveis para as atividades de coleta de dados em campo, abrangendo os sete municípios. Tal decisão leva em conta que o respondente que representa a entidade tende a responder considerando a média de pensamento dos seus associados. Em cada um dos municípios foram definidos atores-chave dentre os atores públicos e privados, perfazendo um total de 40 entrevistados-alvo.

A implementação da coleta, no entanto, revelou as primeiras dificuldades relacionadas à organização e disponibilidade desses atores. O maior grau de dificuldade esteve no município de Guaraqueçaba, cuja acessibilidade física requer maior vulto de recursos monetários. Nesse caso, excepcionalmente, os roteiros foram enviados por correio eletrônico (*email*) e agendadas as entrevistas por telefone, ainda assim sem sucesso. Nos demais municípios as entrevistas foram realizadas com os atores que aceitaram participar da pesquisa, sendo que alguns deles não foram localizados no período da coleta de campo.

No Quadro 1 é possível visualizar o quantitativo previsto e o realizado de entrevistas. Diante da situação de pesquisa acima exposta, ocorre o que alerta Mattar (1996), que muitas vezes se projeta uma pesquisa quantitativa seguindo um modelo probabilístico, de forma que se pudesse generalizar seus resultados. Entretanto, ao se deparar com a realidade do campo, devido a recusa dos selecionados para a amostra em responder, pela dificuldade de acesso, acaba-se alcançando um número insuficiente de questionários respondidos, além do que, a distribuição amostral concentra um número maior de respondentes em parte do território, fazendo com que a pesquisa recaia em um caráter não probabilístico. Assim, os indicadores elaborados com os dados não são capazes de promover generalizações, o que é típico da pesquisa quantitativa, mas possibilitam compreender o estado da implementação de uma política pública, cujo sucesso depende da apreensão e envolvimento dos atores estratégicos.

---

<sup>1</sup> Optou-se pela Escala de Likert de 5 pontos, acrescentando a opção 0 para o desconhecimento relativo ao tema em pauta. Em todas as perguntas a escala foi crescente, sendo 1 para a discordância completa e 5 para a concordância completa.

**Quadro 1: Entrevistas projetadas e realizadas na implementação da pesquisa**

MUNICÍPIO	PROJETADAS	REALIZADAS
ANTONINA	3	2
GUARAQUEÇABA	3	0
GUARATUBA	6	5
MATINHOS	4	2
MORRETES	5	4
PARANAGUÁ/ILHA DO MEL	14	7
PONTAL DO PARANÁ	5	3
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>23</b>

Fonte: pesquisa de campo

Os dados colhidos nos moldes da escala *Likert* foram sistematizados em planilhas eletrônicas, utilizando o programa *Microsoft Excel*, organizados em quadros, e, posteriormente, em gráficos com destaque para as avaliações coincidentes entre os atores, possibilitando delimitar opiniões comuns entre os entrevistados. Com base nessas informações síntese foram realizados os cruzamentos com as premissas teóricas para balizar a interpretação dos resultados. Quanto aos dados aportados pelos respondentes ao indicarem as razões de suas respostas foram tratados de forma a complementar a interpretação dos dados quantitativos, sendo tratados, quando possível, seguindo os procedimentos da Análise de Conteúdo (AC).

## 5. Análise de Resultados

Neste tópico do artigo apresentam-se os dados colhidos por meio da pesquisa de campo. Para facilitar a compreensão os resultados foram organizados em forma de gráficos, os quais serão interpretados e complementados com argumentos abertos feitos pelos respondentes quando o instrumento da coleta de dados assim permitiu.

A avaliação dos atores públicos e privados no que se refere aos segmentos para os quais cada município possui potencialidade turística, bem como aqueles que estão melhor ou pior explorados é o primeiro aspecto a ser destacado. Nesse sentido, o potencial para o turismo de lazer, sol e praia é considerado o mais relevante em todos os municípios. Em contrapartida, os segmentos que menos se destacaram foram o turismo de negócios e o turismo rural. Importante dizer que parte significativa dos municípios analisados possuem elevado grau de urbanização, à exceção de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba (Figura 1).

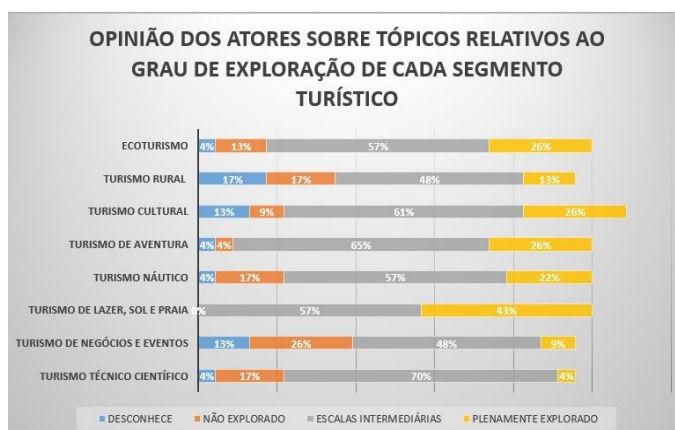
No que tange ao aproveitamento efetivo desse potencial, vê-se que também o lazer, sol e praia são avaliados de forma mais positiva, enquanto as piores avaliações ficaram também com os segmentos de negócios e rural. Destaca-se aqui o fato de que o respondente do setor público de Paranaguá, único município que possui expressividade



no turismo de negócios, também avalia negativamente a exploração desse potencial, e, nesse caso até mesmo de uma vocação (Figuras 2 e 3).



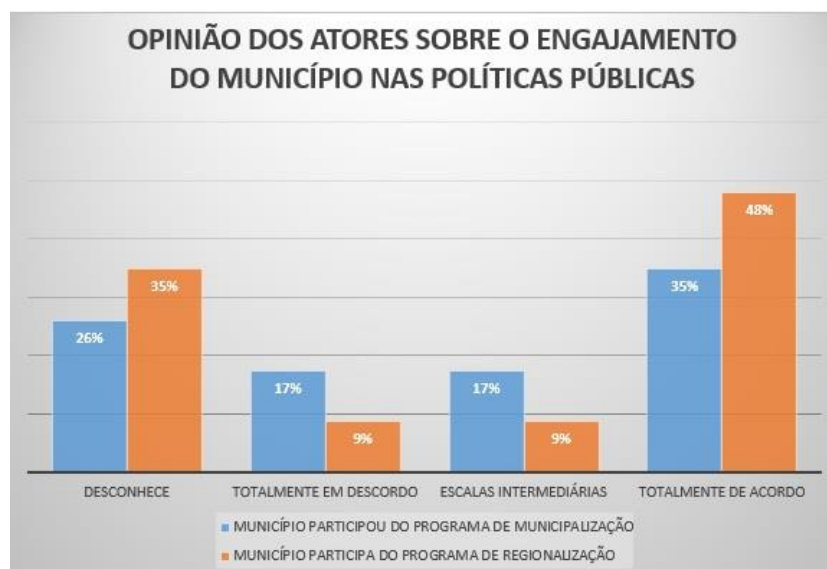
**Figura 2: Distribuição percentual de respostas relativas ao potencial turístico dos municípios. Fonte: Pesquisa de Campo, Organização dos autores**



**Figura 3: Distribuição percentual de respostas relativas ao grau de exploração do potencial turístico dos municípios. Fonte: Pesquisa de Campo, Organização dos autores**

A maioria dos respondentes não efetuou comentários que pudessem dar maior compreensão a sua resposta. Todavia, no que tange ao turismo técnico científico, que foi designado por apenas 4% como plenamente explorado, alguns respondentes externaram a sua opinião afirmando que inexistia um local ideal, e que as atividades de visitação ao Porto de Paranaguá, que caberiam nesta categoria, apresentam dificuldades de agenda, devido a um calendário apertado. Um outro respondente apontou a possibilidade de ampliar e melhorar a organização, com guias especializados, a fim de atender alunos de geologia. Quanto ao turismo de negócios, com apenas 9% dos respondentes indicando como plenamente explorado, as justificativas dos respondentes indicam também não haver um local adequado para estas atividades, especialmente eventos, com seis respondentes apontando para a necessidade de melhorar a estrutura para este tipo de atividade.

Acerca da avaliação dos atores em relação à política pública, observa-se um quadro de baixo grau de envolvimento, sobretudo, dos atores privados. Como se vê na Figura 4 um percentual expressivo desconhece ou discorda que o município tenha se envolvido nas políticas de municipalização (43%) e atualmente na de regionalização (44%). Fundamentalmente, são os atores ligados ao setor público que fizeram as melhores avaliações relativas à participação do município na implantação da política pública.

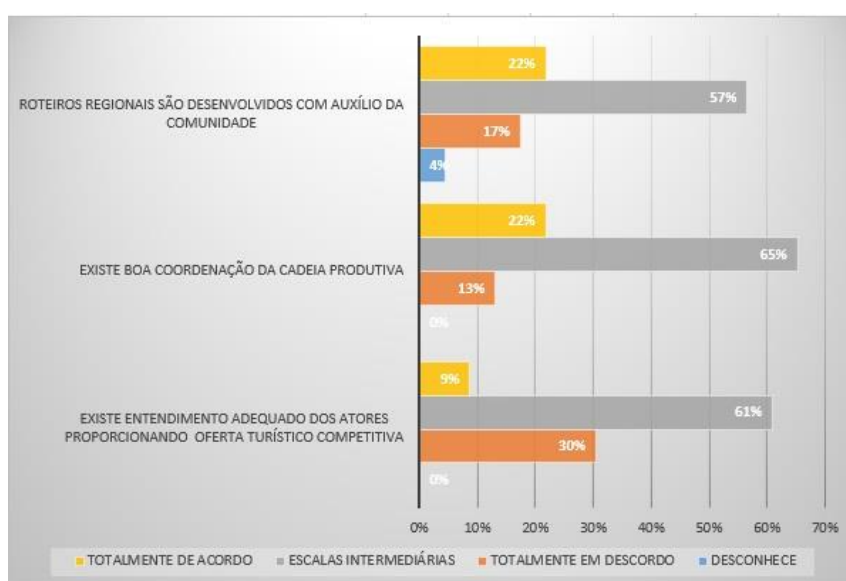


**Figura 4: Opinião dos atores em relação a participação do município em políticas públicas. Fonte: Pesquisa de Campo**

Quando observadas as respostas abertas fornecidas pelos inquiridos, obtêm-se que o município foi beneficiado em parte e que o financiamento foi falho. Entretanto, o que transparece como mais importante é o desconhecimento dos respondentes no que diz respeito a atuação do poder público, visto que sete respostas indicam que não têm acesso à informação. Um respondente é enfático ao dizer que "falta comunicação e repasse da atual gestão".

As respostas relativas a temas que são pré-requisitos relevantes ou sintomáticos do desenvolvimento regional, em torno do qual se articula a política de regionalização, tais como, a coordenação das ações da cadeia produtiva, a cooperação entre atores com vistas a melhorar a competitividade, bem como a construção de roteiros integrativos e definidos de forma participativa foram mal avaliadas. Como se vê na Figura 5, os aspectos mais bem avaliados dizem respeito ao envolvimento da comunidade no desenvolvimento de roteiros regionais, em que pese poucas ações concretas nesse campo na região, e, sobre a coordenação da cadeia produtiva do turismo. Mesmo sendo bem avaliada, a participação da comunidade ainda precisa melhorar, visto que dois respondentes alegaram que há participação, porém ainda precisa melhorar e haver mais incentivo para a atuação da comunidade. Na mesma questão dois respondentes apontaram a necessidade de aprimorar a

infraestrutura para melhor aproveitamento do potencial turístico. Com relação a existência de coordenação e participação da cadeia produtiva, um respondente afirma que sim, existe coordenação, porém precisaria de algo mais. Outros alegam que não existe consciência turística, que os conselhos estão vinculados ao poder público, um terceiro complementa que as associações privadas são mais atuantes do que o poder público. Um respondente, afirmou que não existe coordenação. No que diz respeito a existência de entendimento entre os atores envolvidos com o turismo de forma a proporcionar uma oferta turística competitiva, apenas um respondente afirmou que no ano atual existe, porém precisa melhorar, denotando que as ações conjuntas passaram a ser mais efetivas num período mais recente.

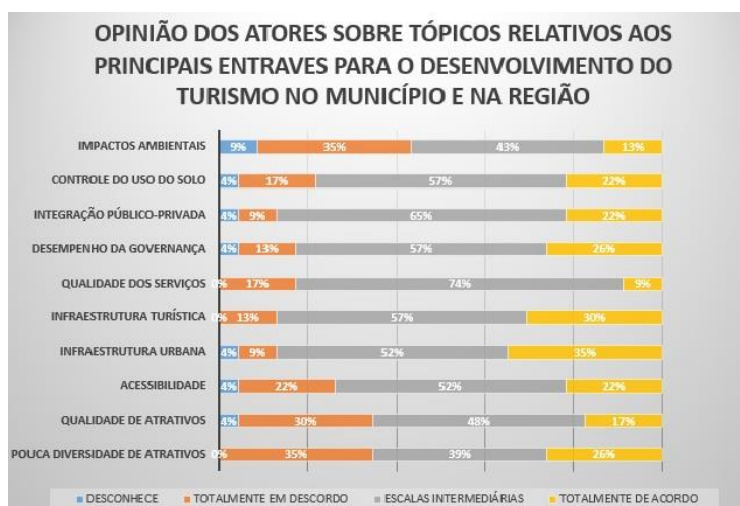


**Figura 5: Opinião dos atores em relação a aspectos da participação coletiva para o desenvolvimento regional do turismo. Fonte: Pesquisa de Campo**

De outro lado, ficou evidenciado que os atores entrevistados avaliam de forma muito positiva as instituições do Sistema S, bem como das Universidades em prol do desenvolvimento da região. Reconhece-se a relevância dessas instituições no apoio à capacitação empresarial, particularmente dos pequenos empresários, bem como da formação de pessoas que atuam nas empresas. Nesse sentido, cerca de 60% dos entrevistados diz entender que a atuação dessas instituições é relevante para o desenvolvimento do turismo.

O último bloco de questões analisadas diz respeito especificamente ao desenvolvimento. A Figura 6 explicita a avaliação dos atores em relação aos aspectos de entrave. No que se refere aos aspectos que obstruem o desenvolvimento, três são mais citados pelos atores: infraestrutura urbana, a infraestrutura turística e o desempenho da governança. Na questão da infraestrutura urbana apenas dois inquiridos comentaram a sua resposta, um

deles afirmou que “estão investindo e melhorando sempre, mas precisa melhorar. Saneamento básico”. Essa afirmativa leva a crer que a maior dificuldade sentida diz respeito a esse quesito de infraestrutura. Com relação a infraestrutura turística ninguém comentou a questão, o que deixa limitada clareza sobre a compreensão dos respondentes acerca dessa questão. Apenas um alegou que é “precária”. Em relação a governança, apenas um respondente alegou que é excelente. Outros dois não foram tão otimistas, um deles alegou que estava começando e outro que se tratava do maior entrave ao desenvolvimento.



**Figura 6: Fatores de entrave para o desenvolvimento do turismo na região Litoral do Paraná. Fonte: Pesquisa de**

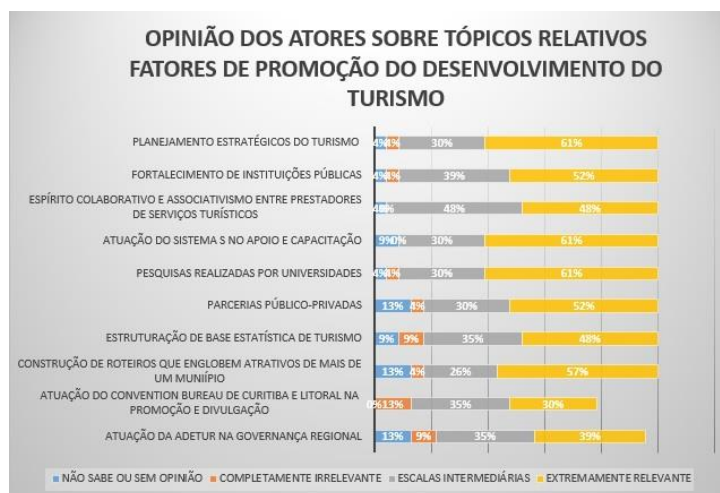
Ao se considerar os itens medianamente avaliados como importantes dois se destacam: qualidade de serviços e integração público-privada. No caso da qualidade dos serviços não ocorreram comentários. No tocante à integração público-privada as afirmativas dos respondentes indicam que, “não existe parceria”; “falta amadurecer a ideia do turismo”, fazendo com que os potenciais turísticos sejam pouco explorados.

Importante dizer que esses aspectos que apareceram como responsáveis em nível médio e alto por impedir o desenvolvimento do turismo são todos eles considerados na literatura relativa ao desenvolvimento regional como requisitos. Os impactos ambientais da atividade, por sua vez, não foram considerados significativamente relevantes, enquanto o controle de uso do solo foi considerado de nível médio a elevado por uma parcela significativa dos

atores, com destaque para aqueles que estão relacionados ao turismo de segunda residência, como é o caso das associações ligadas ao ramo imobiliário.

Na Figura 7 podem ser visualizadas três vertentes. Na primeira delas estão os fatores que foram apontados pelo maior número de entrevistados que foram o planejamento estratégico do turismo, a atuação do Sistema S, as pesquisas desenvolvidas por universidades e a construção de roteiros que englobem atrativos de vários municípios. Também aqui percebe-se que aspectos considerados relevantes e que se mostram eficazes em casos práticos de desenvolvimento turístico são valorizados pelos atores regionais. Ao se considerar os fatores que tiveram avaliações de importância mediana surgem mais dois aspectos: o espírito colaborativo e o associativismo, bem como o fortalecimento das instituições públicas de turismo. De outro lado, pode-se dizer que seja preocupante o fato de que as duas instituições mais diretamente ligadas a governança regional, que são a ADETUR e o *Convention Bureau* não tiveram atribuição de alta relevância para o desenvolvimento, o que indica, particularmente no caso do primeiro, que ainda há necessidade de atuar sobre a consolidação de seu papel no campo da aglutinação e mobilização de atores em prol do desenvolvimento.

No que diz respeito a estes itens, não houveram respostas abertas a fim de que permitisse um detalhamento das razões que levaram aos respondentes tomar tal posição.



**Figura 6: Fatores responsáveis pela promoção do desenvolvimento do Turismo na Região Litoral do Paraná. Fonte: Pesquisa de Campo**

## 6. Apontamentos Finais

A investigação que deu origem ao artigo faz parte de um conjunto de pesquisas efetuadas no âmbito da linha de pesquisa organizações públicas e privadas do turismo. A preocupação está em compreender os impactos provocados pela política pública brasileira no desenvolvimento do turismo.

O objetivo proposto para o artigo consistiu em compreender com base na percepção dos atores sociais a importância do potencial turístico, bem como, o grau de inserção dos municípios no programa de Regionalização Turística e o engajamento dos atores locais em ações que dinamizem o turismo regional.

No que diz respeito a importância do potencial turístico a percepção dos atores entrevistados conduz a principal atividade turística da região que se concentra em lazer, sol e praia. Outros tipos de turismo também ocorrem na região, porém, os que são menos explorados estão relacionados com o turismo técnico científico e de negócios. Basicamente, segundo algumas respostas abertas dos inquiridos, estes dois tipos de turismo são menos importantes devido a infraestrutura insuficiente.

Quanto ao grau de inserção dos municípios no programa de regionalização, segundo os inquiridos é baixa. No entanto o achado mais importante obtido com a aplicação da enquete, foi o desconhecimento dos respondentes quanto a atuação do município no âmbito das políticas. Segundo os respondentes há pouca divulgação das ações. Esse fato indica pouca transparência das entidades envolvidas com o processo de regionalização do turismo.

Quanto ao engajamento dos atores locais, não transparece, pelas respostas obtidas, que seja muito efetivo. Um dos aspectos mais importantes é que justamente a entidade que deveria ser mais destacada por ser a instância de governança local foi pouco citada. As instituições mais referenciadas como operantes e importantes ao desenvolvimento do turismo foram as do sistema S, especialmente o SEBRAE, SENAC e SESC. Segundo os respondentes, há pouca atuação das entidades, sendo que um dos inquiridos alega que estão iniciando e que, no último ano foram desenvolvidas ações integrando instituições públicas e privadas.

Considera-se os objetivos pretendidos com a pesquisa alcançados, embora com limitações. Apesar dos esforços empreendidos, não foi possível obter a participação de toda a população definida para o levantamento de campo, pois somente 23 indivíduos se dispuseram a responder. Esse fato fez com que os resultados da pesquisa não possam ser generalizados. Entretanto, considerando-se que os resultados são similares aos obtidos em outros trabalhos, como por exemplo o PDITS, pode-se dizer que teoricamente os resultados são coerentes com a realidade.

A presente pesquisa não esgota as necessidades de dados e análises para compreender o processo de implementação da política pública de regionalização do turismo. Isso suscita a necessidade de outras investigações abordando o tema.

## 7. Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, C. S.; BAHL, M. (2011). Turismo cultural e desenvolvimento incluyente: o caso de Paranaguá, Paraná, Brasil. IN: *Turismo em Análise*, v. 22, n. 1, 2011.

BENI, M. C.. (2006). *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.

BOISIER, S.. (1999). Pós-Scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. IN: *Planejamento e Políticas Públicas* (pp. 308-343). n.19.

BRASIL. MTUR. Ministério do Turismo. (2013). *Plano Nacional de Turismo – o turismo fazendo muito mais pelo Brasil: 2013-2016*. Brasília/DF: MTUR. Recuperado em janeiro de 2014 de: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_2013.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf).

BRASIL. MTUR . Ministério do Turismo. (2004a). *Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas*. Brasília, DF: Ministério do Turismo.

BRASIL. MTUR . Ministério do Turismo. (2004b). *Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais*. Brasília, DF: Ministério do Turismo.

DREHER, M.T.; SALINI, T.S. (2008, junho). Regionalização e política pública no turismo: proposta bem (in)tencionada distante da práxis. IN: *Anais do V Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. SEMINTUR – Turismo: inovações da pesquisa na América Latina, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil.

FEGER, J. E. (2010). *Regionalização do Turismo na área de influência dos municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), 2010.

GÂNDARA, J. M; TORRES, E.; L. D. (2003). A participação de todos os "atores" no processo turístico. In: *Anais do I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil.

GIL, A. C. (1994). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas.

IGLIORI, D. C. (2001). *Economia dos clusters industriais e desenvolvimento*. São Paulo: Iglu: FAPESP.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2008). *Cadeia produtiva do Turismo no Paraná*. Curitiba: IPARDES.

MATTAR, Fauze N. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, M.C.S.. (2015). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. IN: MINAYO, M.C.S. (Org.) *Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. (2006). A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense, conflitos e tendências. IN: *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (pp.137-167), n.13.

PIMENTEL, Thiago D.; PIMENTEL, M. P. C. (2012). Destino turístico como construção coletiva: os atores envolvidos e sua necessidade de articulação. 2012. In: *Anais do V Congresso Latinoamericano de Investigación Turística (CLAIT)*. São Paulo: EDUSP / CLAIT. Recuperado em 14/12/2015 de: <[http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo2/DuartePimentel\\_ChavesPimentel.pdf](http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo2/DuartePimentel_ChavesPimentel.pdf)>.

SERAPIONE, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. IN: *Ciência e Saúde Coletiva* (pp. 187-192), 5(1).

SET. Secretaria de Estado e do Turismo. (2010). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável: PDITS - Polo Turístico do Litoral Paranaense*. Recuperado em 12/05/2015 de: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/setu/pdf/institucional/PDTISProdutoLitoral.pdf>>.

VIEIRA, S. (2009). *Como elaborar questionários*. São Paulo: Atlas.